

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO

MARLUCI DE BRITO

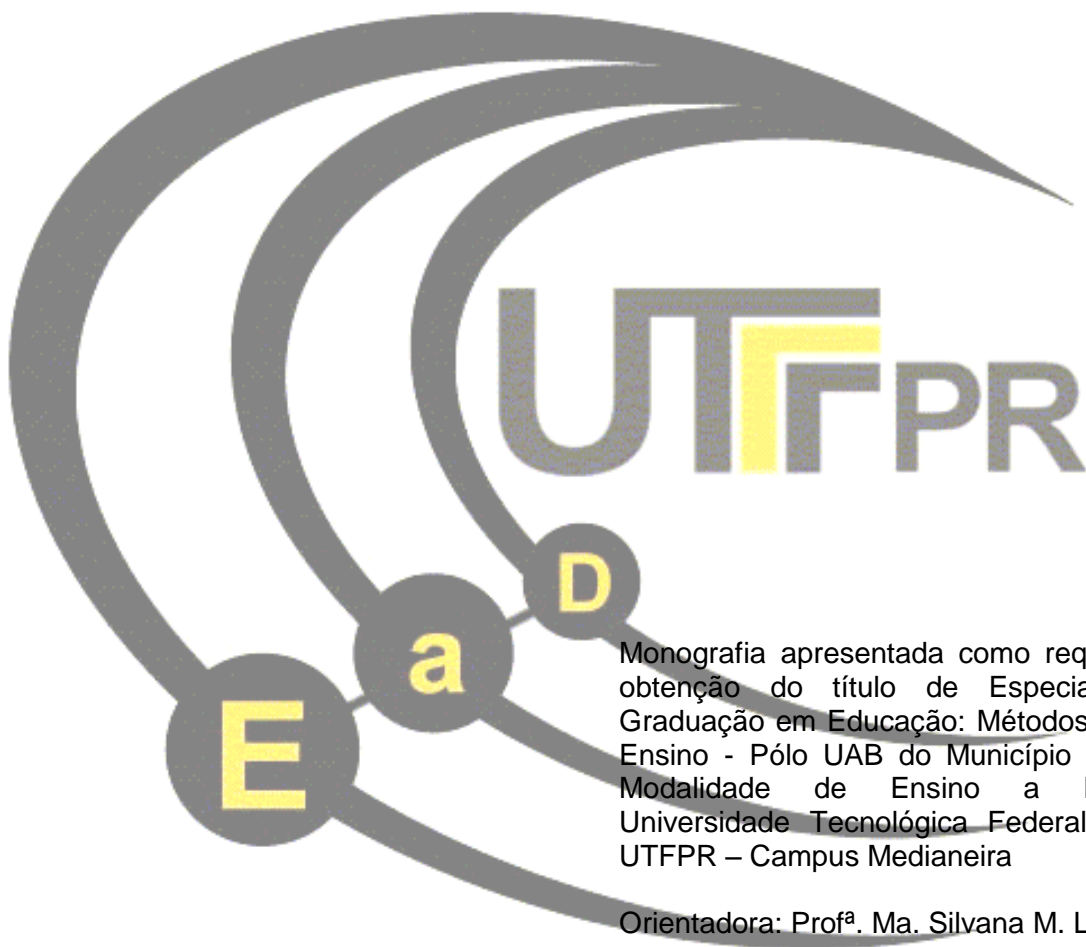
INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA REGULAR

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA
2013

MARLUCI DE BRITO

INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA REGULAR



Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Pólo UAB do Município de Umuarama, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Medianeira

Orientadora: Prof^a. Ma. Silvana M. L Valentin

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2013



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de
Ensino



TERMO DE APROVAÇÃO

O uso das Tecnologias na Educação do Surdo na Escola Regular

Por

Marluci de Brito

Esta monografia foi apresentada às 20 h do dia 10 **de abril de 2014**, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Pólo de Umuarama, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Profa. Ma. Silvana Mendonça Lopes Valentin
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Esp. Lucas Schnoveber Junior
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof. Ma. Joice M. M. Juliano
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico este trabalho inteiramente as minhas duas filhas, que elas aprendam a não desanimar diante das dificuldades da vida. E que não se esqueçam que após a tempestade o sol volta a brilhar.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

A minha família pela compreensão, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Silvana Mendonça Lopes pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Campus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

"Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso e pessoas fracassadas. O que existem são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles."

(Autor: Augusto Cury)

RESUMO

BRITO, Marlucci de INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA REGULAR. 2013. 41 páginas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

O estudo teve como objetivo buscar evidencia na literatura acerca da inclusão de crianças com Deficiência Auditiva a rede regular de ensino. A inclusão é um assunto muito complexo, principalmente quando se fala de inclusão com crianças que possuem algum tipo de deficiência. A inclusão das pessoas com necessidades especiais é um dos grandes desafios que a educação enfrenta hoje. Assim, o presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de discutir a educação escolar inclusiva para crianças com deficiência auditiva. A inclusão das pessoas com surdez é um dos grandes desafios que a educação enfrenta hoje. Este estudo refletiu sobre o verdadeiro sentido da inclusão. Atualmente, mesmo com as leis que amparam a educação inclusiva, percebe-se que o atendimento aos surdos ainda é um grande desafio, uma vez que requerem do educador e de toda a comunidade escolar conhecimento e entendimento do seu processo. A escola tem a finalidade de trabalhar o desenvolvimento integral de todas as crianças, inclusive, do surdo, promovendo o seu crescimento nos aspectos linguístico, físico, psicológico, social, intelectual e cultural.

Palavras chaves: Surdo. inclusão. aprendizagem. tecnologias.

ABSTRACT

The study aimed to look for evidences in the literature about the inclusion of children with hearing impairment in the regular school system. Inclusion is a very complex subject, especially when it comes about the inclusion with children who have a disability. Thus, the present study was developed with the aim of discussing inclusive education school for children with hearing impairment. The inclusion of deaf people is one of the major challenges facing education today. This study reflected on the true meaning of inclusion. Actually, even with laws that support inclusive education, it is clear that service to the deaf is still a major challenge, since they require to the teacher and the whole school community knowledge and understanding of their process. The school aims to work the full development of all children, including the deaf, promoting their growth in linguistic aspects, physical, psychological, social, intellectual and cultural.

Keywords: Deaf. Inclusion. learning technologies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Celular com torp Figedo e webcam	33
Figura 2 – TS - Telefone para	33
Figura 3 – Alertas Luminoso.....	33
Figura4 – Relógio de Despertador Vibratório.....	34
Figura 5 – Babá Luminosa para Surdos.....	34
Figura 6 – Eli – Bluetooth.....	35
Figura 7 – Máquinas para tradução para Surdos - Mudos.....	35
Figura 8 – Máquinas para tradução para Surdos - Mudos.....	35
Figura 9 – Anel com Alarme Vibrador.....	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A SURDEZ	14
2.1 conceito e tipos de surdez.....	14
2.2 causas da surdez	14
2.3 diagnósticos da surdez e possibilidades de tratamento.....	15
3. INCLUSÃO ESCOLAR E SURDEZ	17
3.1 alguns pressupostos da educação inclusiva.....	17
3.2 inclusão escolar do surdo	18
4. PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SURDE...21	21
4.1 papel da família.....	21
4.2 papel da escola no atendimento às necessidades educacionais do surdo. ...	23
4.3 papel do professor na inclusão do surdo	25
5. ASPECTOS DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO COM O SURDO	28
5.1 o ensino de libras.....	28
5.2 a questão do intérprete.....	29
5.3 instrutor surdo	30
6. O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO DO SURDO.....	32
6.1 tecnologias para o surdo.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

A educação escolar de crianças com deficiência auditiva nos faz pensar não só a questões referentes aos seus limites e possibilidades, mas também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com elas. As pessoas com surdez enfrentam problemas de aceitação como a inclusão para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas (DAMÁZIO, 2005).

Diante da busca pela inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e, principalmente, na educação, realizou-se em 1994 uma conferência em Salamanca, Espanha, com representantes do mundo todo, da qual resultou um documento denominado declaração de Salamanca. De acordo com a Declaração da Salamanca (1994), qualquer pessoa com necessidades especiais tem o direito de expressar conforme desejar, como também de ser consultada sobre a melhor maneira de aprender.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 1996, garante o atendimento educacional especializado gratuito aos educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. No entanto, não houve a devida preparação dos profissionais para adequar a essa realidade, sobretudo no processo inclusivo dos alunos com surdez. O atendimento dos alunos de inclusão será um caso a pensar tanto no aluno quanto no professor, se o atendimento seja satisfatório para ambos os lados. Não podemos apenas colocar esse aluno na sala e dizer que a inclusão acontece como está prescrito no papel.

A inclusão escolar, independente do nível de escolaridade, representa, não só atender à pessoa, mas a todos os alunos, no sentido de introduzir na escola uma cultura de respeito e de mudança de atitude perante o diferente. Isso seria possível por, meio de um programa de ensino, com uma filosofia em comum, coordenado por uma equipe constituída por professores, pais, alunos, membros da comunidade e administradores comprometidos com o atendimento à diferença. Como a instituição escolar serve de modelo para o restante da sociedade ao lidar com a pessoa com deficiência, a inclusão favorecerá numa busca pela justiça social (BUSWELL; SCHAFFNER, 1999).

Para que o processo de incluir se efetive é necessário o treinamento dos profissionais, quaisquer que sejam que atuem diretamente com pessoas com deficiência (RYNDAK; SMITH, 1999).

A inclusão dos alunos com necessidades especiais é um dos grandes desafios que a educação enfrenta hoje. Deficiência auditiva é o nome usado para indicar perda de audição ou diminuição na capacidade de escutar os sons. Qualquer problema que ocorra em alguma das partes do ouvido pode levar a uma deficiência na audição.

Incluir o surdo na sala de aula regular de ensino é oferecer a ele a mesma educação e as mesmas condições das outras crianças, destaca Couto (1980).

Portanto, é necessário refletir sobre as questões de uma escola de qualidade para todos, incluindo alunos e professores, através da perspectiva da realidade.

E assim educar indivíduos somente em sala de educação especial significa negar-lhes o acesso às formas ricas, estimulantes de socialização e aprendizagem que somente acontecem na sala de aula regular devido à diversidade presente neste ambiente (COUTO, 1980). Assim é importante questionar: as escolas regulares estão preparadas para receber as crianças com necessidades especiais?

O aluno surdo não é inferior aos colegas ouvintes, pois pode desenvolver seu potencial desde que consiga se comunicar com professores e colegas na sala de aula. O surdo é inteligente, e pode levar uma vida normal, no social, no profissional e pessoal desde que saiba se comunicar através das LIBRAS.

A inclusão faz com que as pessoas se aproximem e tragam pra perto de si pessoas antes ditas como anormais, e incapazes, e essa aproximação faz muita diferença não somente na vida daquele que foi incluso, mas também na vida daquele que aceitou a inclusão do diferente em sua vida.

Portanto, essa pesquisa tem como objetivo identificar a importância da inclusão escolar para o surdo, no sentido de que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola.

Buscando compreender esta realidade, este estudo procura avaliar a importância que a inclusão escolar proporciona para as crianças com deficiências, identificando os fatores que interferem diretamente ou indiretamente no processo de inclusão do Aluno Surdo. Propondo que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, e proporcionando ao Surdo as mesmas condições de aprendizagem.

Este trabalho quanto ao procedimento será bibliográfica através de livros, e artigos científica.

Para tanto se faz necessário questionar: Qual a importância da inclusão escolar para os Deficientes auditivos, e a participação dos pais e professores neste processo?

Assim, a presente investigação tem como objetivo avaliar e identificar a importância que inclusão escolar proporciona para as crianças com deficiência. Propondo que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, e proporcionando ao Deficiente Auditivo as mesmas condições de aprendizagem.

O Capítulo 1 apresenta os tipos, as causas, o diagnóstico e o tratamento da surdez.

O Capítulo 2 busca-se o foco da Inclusão e todas as suas faces, principais pontos relevantes, sendo eles positivos ou negativos, para a criança no processo de alfabetização.

O Capítulo 3 aborda o papel que a escola e o professores tendes diante as necessidades educacionais do surdo.

O Capítulo 4 destaca os tipos de linguagem e comunicação usadas com os alunos surdas.

O Capítulo 5 apresenta uma pesquisa bibliográfica que mostra varias tecnologias para facilitar a comunicação do surdo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SURDEZ

1.1 Conceito e Tipos de Surdez

De acordo com Nascimento e Raffa (2009), a deficiência auditiva ou surdez é considerada como a incapacidade total ou parcial de audição, devido problemas que afetam o aparelho auditivo. O termo “surdo-mudo” muito utilizado por pessoas ouvintes é uma denominação muito antiga e incorreta para se referir a um deficiente auditivo, pois a mudez é imputada a problemas relacionados com a emissão de voz e a pessoa surda nem sempre é muda.

Existem três tipos de surdez, esta pode ser por condução, por percepção ou neurosensorial e mista, de acordo com cada tipo é referida causas diferentes. A surdez é considerada mista quando existe problema em ambos os mecanismos, de condução e o neurosensorial (LINDEN, 2008).

Segundo Linden (2008), a perda auditiva por condução quando existe um bloqueio no mecanismo de transmissão do som, desde o canal auditivo externo até o limite com o ouvido interno.

A surdez de percepção ou neurosensorial (lesão de células sensoriais e nervosas) é aquela provocada por problema no mecanismo de percepção do som desde o ouvido interno (cóclea) até o cérebro. Algumas causas importantes de surdez de percepção ou neurosensorial são, por exemplo: Ruído intenso é causa frequente de surdez. Intensidades de som acima de 75 decibéis podem causar perdas auditivas induzidas pelo ruído (PAIR), Infecções bacterianas e virais, especialmente rubéola, caxumba e meningite, podem causar surdez de percepção. (LINDEN, 2008).

1.2 Causas da Surdez

Algumas causas importantes de surdez de condução são: obstrução por acúmulo de cera ou por objetos introduzidos no canal do ouvido, Perfuração ou outro dano causado no tímpano, Infecção no ouvido médio, Infecção, lesão ou fixação dos pequenos ossinhos (ossículos) dentro do ouvido médio (LINDEN, 2008).

A surdez é uma condição que se manifesta com diferentes graus, desde perdas auditivas leves até a surdez profunda.

Grande parte dos casos de surdez é transmitida durante a gravidez como consequência do consumo de álcool e drogas, má nutrição da mãe, doenças como diabetes, ou mesmo infecções que surgem durante a gestação como sarampo ou rubéola.

Outro grande causador de deficiência auditiva é exposição a ruídos intensos (mais de 75 decibéis), como de máquinas industriais, música alta, armas ou foguetes por exemplo. Doenças infecciosas bacterianas ou virais, assim como o uso de alguns medicamentos podem causar a surdez.

Freqüentemente a dificuldade auditiva desenvolve-se em pessoas com mais de 65 anos de idade devido ao processo degenerativo natural.

1.3 Diagnósticos da Surdez

Segundo Ackerman (1986) O diagnóstico da causa da surdez é feito através da história do paciente, exame do ouvido e testes com diapasões para determinar o tipo de surdez (condução ou percepção). Exames com equipamento especial podem ser necessários para avaliar a audição, sendo a audiometria o mais importante. Quando a tontura está associada, investiga-se o labirinto e o sistema nervoso central. A ressonância magnética (RM) pode ser necessária quando há suspeita de tumor.

Em muitos casos, o diagnóstico médico consegue identificar a causa mais provável da perda auditiva, mas nem sempre isso é possível. A ocorrência de gestações e partos com histórico complicado, bem como a manifestação de doenças maternas no período próximo ao nascimento da criança, pode inviabilizar a identificação dessa causa.

Qualquer que seja o mecanismo, uma surdez de transmissão diminui a energia das ondas sonoras que vão movimentar os líquidos do ouvido interno, o que se traduz na diminuição da percepção do som. Uma surdez de percepção produz uma diminuição da intensidade e uma deformação dos sons.

Os tratamentos apresentam duas vertentes: em primeiro lugar, restabelecer ou aumentar a intensidade das ondas que chegam ao ouvido

interno e por outro propor um tratamento "etiológico", isto é corrigir a anomalia que está na origem da anomalia.

Uma perfuração timpânica, uma destruição dum ossículo ou a fixação da cadeia podem ser recuperadas por métodos cirúrgicos ou por próteses auditivas, existindo vantagens, inconvenientes e contra-indicações para cada um dos métodos utilizados. No caso da cirurgia, o objetivo é reconstruir a cadeia tímpano-ossicular, melhorando as qualidades mecânicas da condução das ondas sonoras. Os aparelhos auditivos (próteses) apresentam também resultados satisfatórios, mas não são adequadas a todos os casos (pus no ouvido, eczema, estenoses e anomalias do canal auditivo externo, colesteatomas, etc.).

Para a surdez neurossensorial, não existe tratamento médico ou cirúrgico ideal. Excluindo determinadas causas de surdez em que se suspeita da causa da perda auditiva (surdez súbita, doença de Menière, surdez autoimune), o tratamento medicamentosos pode ser prescrito, mas a sua eficiência é muito variável. A utilização de prótese como os aparelhos auditivos e os implantes permite aperfeiçoar os resíduos auditivos e ajudar as estruturas deficitárias

INCLUSÃO ESCOLAR E A SURDEZ

2.1 Alguns pressupostos da Educação Inclusiva.

A educação inclusiva por serem pessoas especiais necessita de apoio de todas as demais entidades que se interessam em colaborar, tendo uma visão ampla compromissada de assumir responsabilidades de participação das atividades pedagógicas dos alunos. Segundo a Declaração de Salamanca (1994) independente da suas etnias o direito de igualdade é para todos.

A questão da inclusão social abre um significado especial no bojo da educação brasileira, com os pressupostos exclusivistas que nos últimos anos estão sendo discutidos por suas características que permeiam a busca de uma sociedade igualitária, nos moldes das reais necessidades de uma clientela, cada vez mais exigente, quanto aos seus direitos e seus potenciais de realizações, que tem por finalidade a busca não apenas se auto-gerir, como também colocar o sujeito dentro do contexto escolar regular, e, sobretudo, buscar soluções, com a participação de todos em busca de uma educação com qualidade.

A interação do aluno com surdez em classe regular é complexa. É preciso ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno com deficiência auditiva, família, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, alunos ouvintes e demais elementos da escola.

A inclusão é o processo por meio do qual a escola tenta dar resposta a todos os alunos enquanto indivíduos ao reconsiderar a organização dos seus currículos, organização e meios para garantir o sucesso escolar dentro da sala de aula e sim na escola toda; também é necessária uma maturidade de todo o grupo escolar para que compreendam o aluno e suas dificuldades.

A inclusão na perspectiva escolar consiste em uma educação aberta, diversificada e com qualidade reconhecendo as diferenças e necessidades individuais existentes nos alunos, visando proporcionar pleno desenvolvimento social, afetiva e cognitiva dos alunos com deficiência ou sem deficiência.

Sasaki (1997) comenta que a inclusão é um movimento social de grande repercussão, que ganhou muita força a partir dos anos 90, e tem como pressuposto a igualdade entre os homens, ou seja, a luta contra qualquer forma de discriminação. Caracteriza-se pela organização de grupos que sofreram fortes impactos sociais que o mantiveram numa situação de total abandono por parte dos poderes públicos e da sociedade como um todo, que atuam para garantir sua inserção no mundo econômico, cultural e social.

Assim, de acordo com Mazzota (1996), a implementação da inclusão tem como pressuposto um modelo no qual cada criança é importante para garantir a riqueza do conjunto, sendo desejáveis que na classe regular estivessem presentes todos os tipos de aluno, de tal forma que a escola seja criativa no sentido de buscar soluções visando manter os diversos alunos no espaço escolar, levando-os a obtenção de resultados satisfatórios em seu desempenho acadêmico e social.

2.2 Inclusão Escolar do Surdo.

A inclusão de surdos na rede regular de ensino possui como propósito conduzir a criança surda em condições sociais de vincular-se aos ouvintes. De acordo com Segala (2009), estar incluído significa sentir-se parte do mundo, compartilhar o mundo do outro, poder adentrar-se nele. Não basta matricular um surdo em uma sala de ouvintes, em tampouco matricular um ouvinte em uma sala de surdos. Isso não é inclusão.

Para que a criança surda alcance o seu desenvolvimento total, a inclusão necessita de acompanhamento adequado, deve-se considerar a capacitação dos professores desempenharem esse trabalho. É importante que o professor possua conhecimento de métodos e técnicas adequados para a realização de um trabalho sistemático e contínuo de acompanhamento ao desenvolvimento do aluno surdo.

As crianças surdas por serem filhas de pais ouvintes possuem um prejuízo lingüístico, por não compartilharem a língua comum de seus pais (elas não têm acesso ao Português e os familiares não conhecem Libras), chegam aos bancos escolares raros conhecimentos culturais/sociais desenvolvidos.

Dessa forma, Poker (2002) em seus estudos constatou que o problema da surdez não se localiza no retardo da linguagem oral em si, mas no que essa privação linguística provoca: impede o sujeito ao seu redor.

A educação inclusiva se caracteriza como processo de incluir os portadores de necessidades especiais ou com distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino, em todos os seus graus. Inclusão é o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana.

Cabe salientar ainda que segundo a ONU, alguns fatores ainda interferem na inclusão: ignorância negligência e superstição e o medo (WERNEK 1997). Estes fatores são mantidos certamente pela desinformação a respeito das deficiências e inclusão.

Quadros (1997) afirma que as pessoas surdas possuem o direito de serem ensinadas em língua de sinais, pois se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, pode ser dizer que a língua de sinais é uma língua. No momento em que se discute a inclusão de alunos surdos em escolas regulares, faz-se necessário desenvolver trabalhos de pesquisa que se dediquem a analisar as implicações da formação continuada de professores. Neste sentido, têm-se o objetivo de investigar aspectos relativos às necessidades de alunos deficientes visuais e indicar soluções (DALL'ACQUA, 2007).

A inclusão do aluno com deficiência no sistema escolar pode permitir que ele gradualmente passe a contar com os mesmos benefícios oferecidos aos demais educando para Góes (1996), "não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez", tudo depende das possibilidades e oportunidades oferecidas pela família para seu desenvolvimento, em especial para a consolidação da linguagem.

O aluno com necessidade especial auditiva deverá frequentar o sistema regular de ensino, porque é um cidadão com os mesmos direitos de qualquer outro, e precisa de um modelo orientador da Língua Portuguesa, do modelo lingüístico nacional, pois para que a escola seja considerada um espaço inclusivo, não pode ser burocrático, apenas cumprir as normas estabelecidas por lei. Para tal, deve ser democrática ajustando seu contexto real e respondendo aos desafios que lhes são apresentados.

Para Poker (2002), as trocas simbólicas provocam a capacidade representativa desses alunos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem. No entanto, existem posições contrárias à inclusão de alunos com deficiência auditiva nas turmas comuns, em decorrência da compreensão das formas de representação da surdez como incapacidade ou das propostas pedagógicas tradicionalmente desenvolvidas para atendê-los e não consideram a diversidade lingüística.

Para que a inclusão seja efetuada, é necessário que o trabalho não seja executado somente dentro da sala de aula e sim na escola toda; também é necessário maturidade de todo o grupo escolar para que compreendam o aluno e suas dificuldades.

A inclusão na perspectiva escolar consiste em uma educação aberta, diversificada e com qualidade reconhecendo as diferenças e necessidades individuais existentes nos alunos, visando proporcionar pleno desenvolvimento social, afetiva e cognitiva dos alunos com deficiência ou sem deficiência.

Mantoan (1987) ressalta que é necessário ensinar os alunos nas suas diferenças, não diferenciando o ensino para cada um, pois cada educando pode aprender no seu tempo e do seu jeito próprio.

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Elas têm diferenças e igualdades, mas entre elas nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente.

Então, como conclui Santos (1999), "é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza."

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SURDEZ

3. 1 Papel da Família

O papel da família é fundamental no processo de inclusão, pois é de suma importância que ela prepare o seu filho para conviver fora do seio familiar e faça o acompanhamento no desempenho do ensino/aprendizagem.

A família constitui o primeiro universo de relações sociais da criança. Porquanto, é no seio familiar que a criança pode encontrar um ambiente favorável de crescimento e desenvolvimento ou um ambiente desfavorável, que na verdade gera dificuldades. Assim a criança Surda pode ser melhor se ela encontrar na sua família apoio e um ambiente favorável.

A família desempenha um papel preponderante no processo de inclusão de alunos surdo, porque consideram que a família deve preparar os filhos para a inclusão.

A família tem um papel importante e fundamental no trabalho fonoaudiólogo. Ela oferece á criança surda situação do dia a dia para a estimulação, seja por meio oral ou de sinais, além do mais é necessário que se trabalhe com o envolvimento de toda a família no processo de estimulação para que todos possam sentir-se capazes de ajudar e se responsabilizarem pela educação da criança surda, que por sua vez deve ser vista em sua totalidade dentro do contexto familiar.

O aluno da Educação Especial é tão especial quanto qualquer pessoa. A família é a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais. É ela que lhe oferece a primeira formação. A participação da família é de suma importância no movimento da inclusão, seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é fundamental a sua participação, para que a continuidade histórica da luta por sociedades mais justas para seus filhos seja garantida. É imprescindíveis que, busquem conhecer para participar, dando o exemplo de cidadania, e servir, como um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender para a ser.

Conforme Voivodic (2008), o papel da família é de extrema importância nos primeiros anos de vida da criança que constitui um período crítico cheio de

novas informações que interferem no seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Neste sentido, a conscientização da família é essencial para que a criança deficiente mental possa adquirir melhores condições de vida. Segundo Bowlby (1997), a ajuda especializada aos pais nos primeiros anos de vida de uma criança pode ser extremamente importante para auxiliá-los a desenvolver as relações afetivas e compreensivas que quase todos desejam com o bebê.

Santos (1999 p. 78/79):

A participação da família é de suma importância no movimento da inclusão. Seja de forma individualizada ou por meio de organizações, é imprescindível a sua participação para que a continuidade histórica da luta por sociedades mais justas, para seus filhos seja garantida. É imprescindível que elas, as famílias, busquem conhecer, participar, dando o exemplo de cidadania, e servir, assim, como mais um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender para ser.

A ajuda aos pais, quando qualificada e oportuna, poderá ter efeito significativo se for realizada nos primeiros anos de vida da criança, período crítico de seu desenvolvimento.

Segundo Ackerman (1986, p 38)

[“...] família é a unidade de desenvolvimento e experiência, realização e fracasso, saúde e enfermidade”, portanto a família deve ser uma presença constante, não para superproteger, mas para servir de apoio moral, afetivo, enfim, é a estrutura do ser humano, em seu desenvolvimento.

Educar é transmitir aos filhos os costumes, valores e normas, como forma de um ambiente saudável e acolhedor. Não é preciso que os pais sejam perfeitos, mas devem estar atentos sensíveis e humanos no amor, confiança e estímulos para com o filho especial.

De acordo com Giddens (2000), a família é o grupo de indivíduos ligados por laços de sangue de casamento ou adoções que formam uma unidade econômica, em que os membros são responsáveis pela educação das crianças. Para ele, todas as sociedades conhecidas têm de alguma forma um sistema familiar, embora a natureza das relações familiares seja muito razoável. O autor reforça que a família, é o primeiro e talvez o principal grupo social em que vivemos. É nela que aprendemos a construir a nossa individualidade e independência. A família é definida como unidade básica de

desenvolvimento e experiência, realização e fracasso, saúde e enfermidade. É na família que o indivíduo constrói seus primeiros laços afetivos, suas primeiras relações sociais, sendo de grande importância para o desenvolvimento de sua personalidade.

Neste sentido, Diogo (1998) afirma que a família, é sem dúvida, um espaço educativo por excelência, é vulgarmente considerado o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo, no qual se “criam” e “educam” as crianças, ao proporcionar os contextos educativos indispensáveis para cimentar a tarefa de construção de uma experiência própria.

3.2. Papel da Escola no Atendimento às Necessidades Educacionais do Surdo.

A educação especial no Brasil segue os pressupostos formulados pela (LDB), lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define a Educação Especial como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais.

“A educação especial é uma modalidade de educação considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.” (BRASIL, 1994)

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Segundo Ferreira (2005), a Educação especial passou por quatro fases: 1ª fase do extermínio, 2ª fase assistencialismo/filantropia, 3ª fase instansionalização/ segregação e 4ª a inclusão. Na fase do extermínio, as escolas não eram legalizadas, filósofos falavam da origem da vida, os valores que prevaleciam era a conquista de terras, nessa sociedade os escravos e as

peças com deficiência eram exterminados, eram abandonadas a própria sorte, eram comidas de leões e não tinham direito a vida. As deficiências eram tidas como maldição, por isso os atos de extermínio eram justificados para que pessoas assim não contaminassem as outras.

O Papel da Educação Especial é integrar os alunos no contexto regular, porém, não são todos que vão para a escola regular. De acordo com Lourenço (2002), a educação especial não deve ser vista fora da educação regular, pois, é um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, conduta típica ou de altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino.

A escola deve ser ante de mais nada uma representação do que acontece na vida social do sujeito surdo, com ênfase, sobretudo no oferecimento de uma linguagem que lhe proporcione realizações em todos os aspectos da vida, e no caso oferecer aos seus educadores, acesso a aprendizagem da linguagem dos surdos em especial a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, formar cidadãos conscientes e participativos. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino sob o enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos. Assim, na educação especial, o importante é conhecer como o aluno se desenvolve, ou seja, enfatiza não a deficiência em si mesma, porém como se apresenta o processo de desenvolvimento; como ele interage com o mundo; como organiza seus sistemas de compreensão; as trocas; as mediações que auxiliam na sua aprendizagem; a participação ou exclusão da vida social; a sua história de vida.

A Educação Especial deve possibilitar, da forma mais eficaz possível, o acesso da pessoa com necessidades especiais aos instrumentos culturalmente mediados, tendo como principal preocupação a modificação do comportamento desta pessoa para que ela possa apropriar-se destes instrumentos. No espaço escolar, isto significa a adaptação de metodologia de ensino, levando-se em consideração as particularidades da pessoa com deficiência e suas possibilidades diferenciadas de acesso aos instrumentos histórico-culturais e a

plena interação social que só se dará de maneira significativa se lhes forem oferecidas experiências coletivas que não se realizarão somente na convivência com pessoas "iguais" a elas. É exatamente na diversidade que só a inclusão propiciará que as trocas mediadoras se tornam mais ricas e produtivas (FONSECA, 2003).

A educação especial deve criar meios que garantam o acesso e a permanência dos alunos com deficiência nas escolas, alcançando educação para todos. De acordo com Fonseca (2003, p. 104), “educar uma criança com necessidades educacionais especiais ao lado de crianças consideradas normais é um dos principais pilares da sociedade democrática e solidária”.

3.3. Papel do Professor na Inclusão do Surdo.

Quando se fala na inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais em salas de aula do ensino regular, duas constatações são expressas pela maioria dos profissionais: preconceito e ignorância (D’ANTINO, 1997).

Para Figueiredo (2002) trabalhar com os surdos não requer uma especialização para reduzir o termo às suas deficiências, mais o aprimoramento do professor no ensino e na aprendizagem para que ele seja capaz de identificar as dificuldades de seus alunos, visando eliminar as barreiras próprias de suas relações na escola.

A cooperação do professor é uma das condições fundamentais para o sucesso da inclusão da criança na escola regular (GRAAF, 2002). É ele quem vai detectar no dia-a-dia quais ajustes podem e devem ser feitos no ambiente, é quem vai colaborar na interação da criança com outros colegas, bem como criar situações satisfatórias para a criança desenvolver uma boa convivência social (HOLDEN; STEWART, 2002). É ele quem vai detectar no dia-a-dia quais ajustes podem e devem ser feitos no ambiente, é quem vai colaborar na o papel do professor é promover a interação da criança SD com os outros colegas, bem como criar situações satisfatórias para a criança desenvolver uma boa convivência social (HOLDEN; STEWART, 2002).

A inclusão deve atingir todos os alunos dentro de uma classe e não somente os alunos com necessidades especiais. A inclusão não difere, ela tem como foco o aluno e precisa atingir a todos, com o objetivo de desenvolvimento de aprendizagem para todos. Cabe ao professor, ser o facilitador desta inclusão, direcionando um novo olhar e ouvindo atentamente a cada um deles.

Um dos fatores mais importantes para o sucesso da inclusão de um portador de necessidades educacionais especiais é a interação deste como o professor. O professor responsável pela alfabetização da criança surda deve ajudá-la a lidar com frustrações e motivá-la a investigar, pesquisar, construir novos significados, reforçando sua identidade e constituindo a base da futura aprendizagem.

Os professores precisam estar conscientes de sua importância e da função que desempenham, no caso de ter um aluno com surdo, na sala. Como se vê, é na relação concreta entre o educando e o professor que se localizam os elementos que possibilitam decisões educacionais mais acertadas, e não somente no aluno ou na escola.

Os professores comprometidos com a proposta da inclusão devem acreditar no potencial desses alunos, no seu desempenho para que os mesmos sintam-se úteis na sociedade. O importante é que o professor esteja aberto às inovações, tais como a valorização e o reconhecimento da diversidade do processo de ensino-aprendizagem, sempre buscando estar em contato com novas idéias, ampliando seus conhecimentos além da formação acadêmica, para poder acolher bem os alunos especiais e agir de maneira competente diante das situações que surgirão na sala de aula. (FIGUEREDO, 2002).

A atitude do professor é um dos fatores que mais contribui para o sucesso de qualquer medida de integração da criança com deficiência. De fato, como o comprovam as práticas do dia-a-dia nas nossas escolas, não basta determinarem legalmente a integração para que ela aconteça.

O professor deve oferecer a ele possibilidades de acesso ao currículo normal, encorajar a sua independência, promover e incentivar o trabalho com outros colegas de classe. O ideal é desenvolver atividades diretamente com a criança todos os dias ou pelo menos uma vez por semana. A maioria das

crianças com SD tem melhor aproveitamento quando conta com a ajuda de seu professor e a colaboração de um professor auxiliar. A função deste último profissional é oferecer assistência à criança somente quando ela tiver necessidade, pois há riscos de desenvolver dependência. A ajuda deve ser dada somente quando solicitada, para que a criança tenha a oportunidade de trabalhar com outras pessoas. Algumas escolas secundárias adotam mais de um professor assistente na sala de aula, fato ainda incomum, que oferece várias vantagens, pois previne relação de dependência, facilita quando o assistente se ausenta do trabalho e, ainda, evita possível trauma na criança, caso o assistente necessite se desligar do trabalho (LORENZ, 1999).

Ao educador, competira o trabalho de instruir seus educandos se tornarem corajosos neste mundo marcado pelas multiplicidades de conhecimento. O certo ou errado numa época de tantas mudanças, intensas alterações, acaba sendo um assunto de visão de mundo, pôr estar, serem abertas para estudar a cada momento da vida, saber ver, analisar, elaborar perguntas, poder perceber que a sabedoria, cada vez mais, estará dependente as modificações.

O educador não caminha a frente do aluno, mas lado a lado com ele, agenciar sua aprendizagem, fazendo intervenções segundo o seu estilo de raciocínio, contestando – o para desestabilizar as certezas inadequadas estimular a buscar informações em diferentes fontes ou quando for obrigatório fornecendo-lhes as informações solicitadas pela situação, ajudando-o a encontrar por si próprio a resposta para sua ação ou dificuldade.

Lorenz (1999) enfatiza que o professor valoriza a aprendizagem como esforço, e não como resultado. Envolvem os colegas, outros professores, os pais de seu aluno, demonstrando que podemos ensinar dando ferramentas para que todos os alunos desenvolvam o hábito de pensar, refletir sobre as situações, fazer escolhas e determinar estratégias para solucionar problemas, e que possam participar das decisões, sem ser apenas o objeto delas.

O objetivo principal do professor é aumentar a independência da criança, reduzir a ajuda, envolver os demais alunos nas atividades da classe e encorajá-los a ajudar o colega do aluno surdo, reduzindo assim seu isolamento social. Uma boa estratégia para evitar a dependência é a troca de professor e assistentes, pois estes últimos quando trabalham exclusivamente com uma

mesma criança, por longo tempo, pode relutar em aceitar outra. Nesse sentido, pais e professores devem estar vigilantes para o excesso de assistência oferecida ao seu filho na escola (LORENZ, 1999).

ASPECTOS DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO PARA O SURDO

4.1 Ensino de Libras.

Através da Língua de Sinais podem-se expressar pensamentos mais complexos, idéias mais abstrata e emoções mais profundas, adequadas para transmitir informações e ensinar.

A língua de sinais é uma língua com estruturas internas, podendo ser utilizada em todo processo educacional. Vem se expandindo em todo o mundo e sua utilização ajuda na construção da aprendizagem do sujeito surdo, se assemelhando a aquisição da linguagem oral dos ouvintes.

Todo Projeto Pedagógico de uma escola inclusiva, para ter qualidade, deve ter a língua de sinais, como ponto importante e surdos adultos como interlocutores do processo de aquisição da linguagem. Toda aprendizagem é mediada pela linguagem e será muito melhor sucedida se a língua usada for compartilhada inteiramente em seus usos e funções sociais.

A língua de Sinais é vista e não ouvida, mas possibilita a comunicação com ouvintes quando falarmos em língua de sinais está a referir-nos a língua materna/natural de uma comunidade de surdos, isto é, uma língua de produção manu-motora e de recepção visual, com vocabulário e gramática próprios, não dependente da língua oral, usada pela comunidade surda e alguns ouvintes, tais como parentes de surdos, intérpretes, professores e outros.

Brito (1993) afirma que:

A língua dos sinais é imprescindível ao surdo, mesmo que este, no início esteja limitado à comunicação apenas com aqueles que manipulam bem esta língua ou que se iniciem no seu aprendizado (BRITO 1993, P.23).

Kyle (2001) aponta algumas propriedades exclusivas das línguas de sinais, tais como o uso de gestos simultâneos, o uso do espaço e a

organização e ordem que daí resulta. Assim, as línguas de sinais possuem uma modalidade de produção motora (mãos, face e corpo) e uma modalidade de percepção visual.

Embora existam aspectos universais, pelos quais se regem todas as línguas de sinais, a comunicação gestual dos Surdos não é universal. As línguas de sinais, assim como as orais, pertencem às comunidades onde são usadas, tendo apresentando diferenças consideráveis entre as determinadas línguas.

A língua de sinais é como meio de comunicação entre surdos, e deveria ser reconhecido. O fato é que os órgãos governamentais legitimam o compromisso com a inclusão social, mas não provém de recursos para atendimento educacional das escolas públicas. O caso do uso da língua de sinais pelo surdo é um exemplo significativo, pois hes afirma o direito de uso, mas há apenas uma recomendação para que pais e professores aprendam essa língua. (HARRISON, 2000)

As línguas de sinais não seguem a ordem e estrutura básicas das línguas orais, assim o importante não é colocar um sinal atrás do outro, como se faz nas línguas orais (uma palavra após a outra). O importante em sinais é representar a informação, reconstruir o conteúdo visual da informação, pois os surdos lidam com memória visual. As línguas de sinais possuem sua gramática própria, assim como as línguas orais possuem as suas, sendo elas totalmente independentes.

Apesar dos prós e contras ao uso da língua de sinais, foi através do congresso internacional de Milão que o oralismo atingiu sua valorização como forma única, e imposta de forma não necessariamente natural, e que causou certo mal estar em vários profissionais e sujeitos surdos, pro causa da proibição quanto ao uso da língua de sinais, esses fatos trouxeram para a comunidade surda uma perda muito grande.

4.2. A Questão do Intérprete.

As questões acerca do papel do intérprete educacional apontadas nas entrevistas mostram que é preciso intensificar os estudos nessa área, pois em

vários recortes foi possível observar o quanto essa atuação é pouco refletida e compreendida, o que determina dificuldades para esse trabalho.

Uma questão central é definir melhor a função do intérprete educacional; figura desconhecida, nova, que, com um delineamento mais adequado (direitos e deveres do intérprete, limites da interpretação, divisão do papel de intérprete e de professor, relação do intérprete com surdos e ouvintes em sala de aula, entre outros), poderia favorecer um melhor aproveitamento deste profissional no espaço escolar.

A literatura aponta que no contexto escolar, especialmente aquele que envolve crianças mais novas, é impossível desempenhar um papel estritamente de O intérprete participa das atividades, procurando dar acesso aos conhecimentos e isso se faz com tradução, mas também com sugestões, exemplos e muitas outras formas de interação inerentes ao contato cotidiano com o aluno surdo em sala de aula. Todavia, se este papel não estiver claro para os próprios professores, e alunos surdos, o trabalho torna-se Pouco produtivo, pois se desenvolvem de forma insegura, com desconfiança, desconforto e superposições.

É preciso reconhecer que a presença do intérprete em sala de aula tem como objetivo tornar os conteúdos acadêmicos acessíveis ao aluno surdo. (STEWART, 1996). Entretanto, o objetivo último do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros.

A presença de um intérprete de língua de sinais em sala de aula pode minimizar alguns aspectos deste problema, em geral, favorecendo uma melhor aprendizagem de conteúdos acadêmicos pelo aluno, que teria ao menos acesso (se conhecesse a língua de sinais, ou pudesse adquiri-la) aos conteúdos trabalhados. Todavia, este aluno continua inserido em um ambiente pensado e organizado para alunos ouvintes. Porém o interprete não substitui a figura do professor em relação à função central má mediação do processo de aprendizagem, pois sua atuação será a de mais um elemento na cadeia de interação verbal, constituída em sala de aula e nas outras esferas sociais (FENANDES, 2003).

Para que este ambiente se torne minimamente adequado às necessidades de alunos surdos, são necessárias mudanças.

4.3 Instrutor Surdo.

O instrutor é protagonista no desenvolvimento das crianças, pois precisa ir além de reconhecer os conhecimentos prévios dos alunos, necessita criar um ambiente de sala de aula no qual aluno e instrutor aprendam, troquem experiências, sugiram, testem e, juntos, encontrem caminhos para a aprendizagem.

Entendemos da mesma forma como destacam Lodi e Harrison (1998), que o instrutor surdo, fluente nas LIBRAS, não é apenas instrutor de surdos, mas um modelo positivo, que representa uma identificação na diferença do aluno. O instrutor surdo pode servir de modelo de como o surdo precisa ser em termos lingüísticos e culturais, por ter um conhecimento profundo da cultura e da comunidade surda, evidenciando as habilidades e possibilidades de inserir o surdo na sociedade.

O instrutor surdo tem domínio das interlocuções e legitima sua fala, reforçando a importância da língua de sinais na construção da identidade do sujeito surdo, pois, com seu grupo, compartilha a mesma prática lingüística, manifestando o papel e a função da sua língua materna. A partir do momento em que o aluno vivencia sua língua, reconhece sua condição surda e constrói sua identidade surda, tendo como participante desse processo, o instrutor (LODI; HARRISON, 1998).

Diante da importante participação do instrutor surdo para o desenvolvimento cognitivo e social de alunos surdos, cabe destacar a relevância de investimento na.

Formação desse profissional que está diretamente ligada à qualidade de ensino.

Entre os inúmeros desafios do profissional da educação, ressaltando aqui o instrutor está o de manter-se atualizado e em processo permanente de formação.

AS TECNOLOGIAS QUE FACILITAM O DIA - DIA SURDO.

5.1 Tecnologias para o Surdo.

As tecnologias para deficientes auditivos têm como objetivo melhorar e facilitar a qualidade de vida das pessoas com problemas de surdez, que atualmente conseguem ter acesso a diversas facilidades, como os aparelho auditivo do tipo próteses, telefones especialmente adaptados, os aparelhos de fax e os celulares, com dispositivo de mensagem de texto, relógios e despertador vibratório e entre outras.

Tecnologias na sala de aula podem ser adaptadas de forma que os deficientes auditivos podem enriquecer seu aprendizado e os demais alunos não é prejudicado e sim despertando o aprimoramento da experiência usada pelos colegas em sala de aula.

Dada à mobilidade e a consciência dessas pessoas nos últimos anos, que consolidam em conquistas surdas, tais como:

Telefone para surdo ligado ao computador: O TSPC trata-se de um dispositivo que, ligado ao computador, efetua ligações destinadas às pessoas surdas e com dificuldades da fala.

Este produto é pioneiro no Brasil, tendo tecnologia 100% nacional, que ligado ao computador e a uma linha telefônica analógica, efetua e recebe ligações.

O software TSPC poderá ser instalado somente em computadores com os seguintes sistemas operacionais: Windows 98 Second Edition, Windows ME, Windows 2000 e Windows XP.

O TSPC possui secretária eletrônica, histórico de ligações, discagem rápida para 10 números telefônicos, mensagens personalizadas, agenda telefônica com limite máximo de 999 contatos gravados, e pode efetuar ligações para: outros modelos TSPC, Surtel, CISO (Central de Intermediação Surdo Ouvinte) e Telefone Público para as pessoas com problemas de surdez.

TS - Telefone para Surdo:



Figura 1 /2: Celular com torp Figedo e Webcam
<http://www.feneis.org.br/page/telefonos>.



Figura 1 /2: Celular com torp Figedo e Webcam
<http://www.feneis.org.br/page/telefonos>.

TS - Telefone para Surdo:

Este aparelho se comunica com outro igual através de linha telefônica. Possui teclas para envio de mensagens que serão recebidas por outro aparelho idêntico. Possui visor que possibilita a leitura da mensagem. Hoje algumas operadoras disponibilizam a Central de Atendimento ao Surdo, para facilitar a comunicação dos Surdos com demais aparelhos.

Alertas Luminoso:



<http://www.feneis.org.br/page/telefonos>.
 Figura 3: Alertas Luminoso

Os Surdos utilizam dispositivos luminosos em campanhas, telefones como (TS) e em bábas eletrônicas. Ex.: Quando apertar a campanha da casa de uma pessoa Surda, o dispositivo acenderá dessa forma o Surdo sabe que tem alguém em sua porta.

Relógio de Despertador Vibratório



Figura 4: Relógio despertados vibratório
<http://www.feneis.org.br/page/telefonos>.

Muito utilizado pelos Surdos, principalmente em baixo o travesseiro, pois ele vibra no horário escolhido para despertar.

Eli – Bluetooth:



Figura 6: Eli- Bluetooth
<http://www.slashgear.com/triagonale-mult>

O Eli é o menor dispositivo de áudio Bluetooth no mercado, com as dimensões de 27 mm x 16 mm x 11 mm e peso de 5,2 gramas. Possui três pinos que se conectam a qualquer aparelho auditivo retro auricular com a sapata da entrada direita de áudio; O aparelho oferece comunicação digital bidirecional entre um telefone celular digital com Bluetooth e um aparelho auditivo. Considerando que o sinal transmitido entre estes dispositivos é digital, não está sujeito às mesmas fontes de interferência de outros tipos de transmissão sem fio, como transmissão FM analógica ou transmissão indutiva analógica. É muito fácil de usá-lo. Ao receber uma ligação, o toque é ouvido no próprio aparelho auditivo via Eli ao invés do telefone celular. Para atender, o usuário simplesmente aperta o botão do módulo. Se a pessoa que ligou desligar, o Eli reconhece que a ligação terminou e desconecta automaticamente. (REVISTA DA FENEIS, 2006, quarta capa)

Máquinas de tradução para surdos-mudos:



Figura7: Máquina de tradução para surdos-mudos
<http://portuguese.cri.cn/1/2006/04/05/1@>



Figura 8: Máquina de tradução para surdos
<http://portuguese.cri.cn/1/2006/04/05/1@>

Você sabe a linguagem dos sinais para surdos-mudos? Como se comunicam com os surdos-mudos? O Instituto da Tecnologia Informática da Academia de Ciências da China pesquisou com sucesso um sistema de distinção e síntese da linguagem dos sinais que ajudam os surdos-mudos a falar e entender o que dizem as pessoas ouvintes. O sistema transforma a linguagem dos sinais para som e vice-versa. O processo da transformação dura apenas alguns segundos, por isso, o intercâmbio entre eles foi fluente.

Anel com alarme vibrador:



Figura 9: Anel com alarme vibrador
<http://shimbun.com.br/despertador-emite-vibrações-para-acordar>

A proposta do designer Meng Fandi que criou um despertador em forma de anel que desperta (vibrando) em hora programada em uma base remota onde os mesmos podem ser reprogramados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os meios para promover ao aluno surdo à oportunidade de desfrutar espaços comuns no meio em que está inserido e, no entanto, a inclusão faz com que os professores ampliem a visão de mundo e passem a interagir na diversidade humana. A superação do preconceito é uma meta inicial para que o ensino aconteça e o restante dependerá da competência e do esforço da comunidade escolar, do compromisso em buscar subsídios teóricos em experiências partilhadas com estudiosos ou profissionais da educação.

Os dados da literatura demonstraram que os alunos surdos também possuem os mesmos direitos que os alunos ditos normais. E com certeza, a inclusão não depende somente da escola e dos professores, mas também da família, pois ela é à base de tudo.

Portanto, as mudanças são fundamentais para inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

Precisamos, também, ter a visão clara de que a função da inclusão não é apenas ensinar, a ler e escrever, a prioridade é o convívio para que essas pessoas possam cuidar de si, se ela ler e escrever são apenas mais um avanço, ela precisa desenvolver capacidades de convivência para cuidar de si, ser autônoma, dona do seu destino, esse sim é o processo da inclusão.

A Educação inclusiva pressupõe que todos os alunos tenham a mesma oportunidade de acesso, na permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não.

A família é mediadora das relações da criança surda com todos os outros ambientes, desse modo conhecer como se processam as interações e relações familiares, possibilita e auxilia o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança no meio escolar.

Os professores precisam estar conscientes de sua importância e da função que desempenham, no caso de terem um aluno com surdez, na sala.

Como se vê, é na relação concreta entre o educando e o educador que se localizam os elementos que possibilitam decisões educacionais mais acertadas, e não somente no aluno ou na escola.

As línguas de sinais envolvem movimentos que podem parecer sem sentido para muitos, mais que significam a possibilidades de organizar as idéias, estruturar o pensamento e manifestar o significado dos surdos. Pensar sobre a surdez requer penetrar no mundo dos surdos e ouvir as mãos que, com alguns movimentos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos.

A diversidade enriquece uma sala de aula pelo simples motivo de se aprender com o diferente. Quanto maior a diversidade na sala, não só com relação a várias deficiências, mas a diversidade cultural, de origem, de credo, de gênero, a física, faz a pessoa aprender mais, a conhecer mais o mundo, a perceber que há mais lá fora do que se possa imaginar. A construção do conhecimento em uma sala onde predomina a diversidade será muita mais preciosa. Dessa maneira, será possível sonhar com um mundo sem preconceitos e discriminações para os surdos.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, N. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

BRASIL, **Declaração de Salamanca. Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial**. Espanha, 1994

BRITO L.F. **Integração social & Educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel; 1993.

BUSWELL, B.E.; SCHAFFNER, C.B. **Dez Elementos Críticos para Criação de Comunidades de Ensino Inclusivo e Eficaz, *Inclusão*: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

COUTO A. **O deficiente auditivo de 0 a 6 anos**, Rio de Janeiro: SKORPIOS, 1980.

inclusão de crianças com baixa visão na educação infantil. Paidéia, São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DAMÁZIO, Mirlene F. M. **Educação Escolar de Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. 117 p.

D'ANTINO, M. E. F. **A Questão da Integração do Aluno com Deficiência Mental na Escola Regular**: São Paulo: Memnon / SENAC, 1997.

de encaminhamento. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngue**. São Paulo: Plexus, 2000. p. 114-122.

DIOGO, José M.L. **Parceria escola-família: A comunidade de uma educação**.

Disponível em < <http://www.feneis.org.br/page/telefones>> Acesso em 15 de Nov de 2013.

Disponível em <<http://portuguese.cri.cn/1/2006/04/05/1@40887>> Acesso em 15 de Nov de 2013.

Disponível em <<http://www.abcdasaude.com.br/artigo.Php?402>> Acesso em: 04 Outubro. 2013

Disponível em <<http://www.slashgear.com/triagonale-multi-input-hearing-aid-concept-hooks-up-cellphones-pmps-but-is-it-anything-new-265450/>> Acesso em: 15 de Nov de 2013.

FERREIRA, G. E. **O perfil pedagógico do intérprete de língua de sinais no contexto educacional.** Dissertação De Mestrado. Unipac, Bom Despacho/Mg, 2002.

FERREIRA, Maria Cecília Carreto. **Ressignificando as práticas pedagógicas da escola comum na perspectiva da educação inclusiva.** Vitória: UFES, 2005.

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas públicas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade.** In: ROSA, D. E. G. e SOUZA, V. C. (Orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FONSECA, Vítor. **Tendências futuras da educação inclusiva.** Educação, Porto Alegre, v. 49, p. 99-113, mar. 2003.

GIDDENS, Antony, **sociologia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.**

GÓES, MARIA CECÍLIA RAFAEL DE. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas, 1996.

GOLDFELD, Márcia. **A criança Surda: Linguagem e Cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** São Paulo: Plexus, 2001.

GRAAF, G. **Apoiar a inclusão social de alunos com síndrome de Down no ensino regular: Síndrome de down Notícias e Atualizações.** v.2, n.2, 2002

HARRISON, K.M.P. **O momento do diagnóstico de surdez e as possibilidades.**

HOLDEN, B.; STEWART, P. **A inclusão de alunos com Deficiência em escolas da Nova Zelândia.** Ed, 2.2002.

KYLE, Jim. **As crianças surdas de aprender a assinar.** Campinas, 2001

LINDEN, Arnaldo. **Surdez.** 2008.

LODI, A.P. & HARRISON, K.M.P. **Língua de sinais e fonoaudiologia.** Espaço Informativo Técnico Científico do INES, 10: 41-46, 1998.

LORENZ, S. **Fazer o trabalho de inclusão para crianças Deficientes** Notícias e Update.,1999.

MANTOAN, M.T.E. **Educação de deficientes mentais: O itinerário de uma experiência.** Campinas, 1987.

MAZZOTTA, M.J.S. **A inclusão e integração ou chaves da vida humana.** In: III Congresso Ibero- Americano de Educação Especial. Paraná: 1998

NASCIMENTO, Márcia M; RAFFA-ARUJA, Ivete. **Inclusão Social: primeiros passos.** São Paulo: Giracor, 2009. Participada, Porto, Texto Editora. 1998

POKER, R. B. **Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas**: uma proposta de intervenção educacional. Tese de doutorado. UNESP– Marília, 2002.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SANTOS, M. P. dos. **Educação especial**: A família e o movimento pela inclusão. Brasília: 1999

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEGALA, S. R.; REIS, B. A. C. **ABC em Libras**. São Paulo: Panda Books, 2009.

SKLIAR, Carlos. **Asurdez**: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Dimensão, 1998.

SMITH, M.; RYNDAK, D. **Estratégias práticas para comunicação com todos os alunos, Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: ARTMED,
STEWART, D.; KLUWIN, T. **A diferença entre as orientações**: prática e conhecimento em serviços de interpretação para os alunos surdos no *Jornal de Estudos Surdos e Educação de Surdos*, vol 1, 1996, pp 29-39

VOIVODIC, M. A. M. **A. Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

WERNEWCK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.